

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
I DIREITOS DA PERSONALIDADE	27
1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA	29
1.2 CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A EVOLUÇÃO HISTÓRICA	30
1.2.1 Classificação moderna.....	31
1.3 DISTINÇÃO ENTRE DIREITOS DA PERSONALIDADE E DIREITOS FUNDAMENTAIS	33
1.4 REPERSONALIZAÇÃO.....	34
1.5 NATUREZA JURÍDICA.....	35
1.6 CARACTERÍSTICAS	37
1.6.1 Direitos inatos.....	37
1.6.2 Direitos vitalícios e absolutos.....	38
1.6.3 Direitos relativamente indisponíveis.....	38
1.6.4 Direitos patrimoniais.....	39
1.6.5 Direitos intransmissíveis.....	39
1.7 MEIOS DE PROTEÇÃO	39
1.8 TIPICIDADE E A CLÁUSULA GERAL DA DIGNIDADE DA PESSOA	41
1.9 DIREITO À ASCENDÊNCIA BIOLÓGICA.....	42
1.9.1 Estado de filiação e origem biológica.....	44
1.9.2 Filho natural.....	46
1.9.3 Filho adulterino e de genitor solteiro	47

1.10 DIREITO AO NOME E AO SOBRENOME	48
1.10.1 Formas de aquisição.....	49
1.10.2 Direitos decorrentes do nome e sobrenome	50
2 EXAME GENÉTICO DE DNA NAS AÇÕES INVESTIGATÓRIAS	53
2.1 O EXAME DE DNA COMO PROVA NA INVESTIGATÓRIA	54
2.2 A DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL ENTRE STF E STJ.....	55
2.3 A SÚMULA 301 DO STJ.....	57
2.3.1 Origem da Súmula	59
2.3.2 Natureza da presunção de paternidade.....	60
2.4 A PRODUÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL E DOCUMENTAL	61
2.5 OBRIGATORIEDADE DO EXAME DE DNA.....	62
2.6 O PRINCÍPIO DA IGUALDADE	63
2.6.1 O princípio da igualdade e a discriminação	65
2.7 O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	66
2.8 DIREITO DO INVESTIGANTE.....	68
2.9 DIREITO DO INVESTIGADO.....	69
2.10 INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	71
2.11 RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA.....	72
2.11.1 Os princípios da igualdade e da proporcionalidade na relativização do princípio da dignidade da pessoa.....	74
2.12 DIREITO COMPARADO	79
2.13 ANÁLISE DOS EFEITOS PRÁTICOS DA RECUSA AO EXAME	81
2.13.1 Recusa do filho ao exame de DNA.....	82
3 DIREITOS DA PERSONALIDADE E O NOVO CÓDIGO CIVIL	85
3.1 CONCEITO.....	86
3.2 ENUMERAÇÃO.....	86
4 O PROCESSO CIVIL E OS DIREITOS SUBJETIVOS	91
4.1 TUTELA JURISDICIONAL E PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	91

4.2 DIREITO MATERIAL E DIREITO PROCESSUAL	92
4.3 EVOLUÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL	93
4.4 O PROCESSO COMO INSTRUMENTO	94
4.5 EFETIVIDADE DO PROCESSO	99
4.6 SATISFATIVIDADE E ASSEGURAÇÃO	100
4.7 A MOROSIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	102
4.8 AS TUTELAS E O DIREITO – TUTELA DE EVIDÊNCIA	103
4.9 TUTELAS JURISDICIONAIS DIFERENCIADAS	104
4.9.1 Tutela cautelar e tutela satisfativa	104
4.9.2 Tutela antecipatória, provisória, interinal e definitiva	107
4.9.2.1 Provisoriedade e temporariedade	109
4.10 SUMARIZAÇÃO DA COGNIÇÃO	111
4.10.1 Cognição horizontal plena e parcial	111
4.10.2 Cognição vertical superficial e exauriente	112
4.11 TUTELA DE URGÊNCIA (INTERINAL) CAUTELAR	113
4.12 TUTELA INTERINAL SATISFATIVA – TUTELA DE EVIDÊNCIA	114
4.13 TUTELA INTERINAL SATISFATIVA – LESÃO OU AMEAÇA	114
4.14 TUTELA AUTÔNOMA E DE URGÊNCIA SATISFATIVA AUTÔNOMA	115
5 TUTELAS DE URGÊNCIA E TUTELAS DIFERENCIADAS	117
5.1 TUTELAS DE URGÊNCIA NA ORDEM CONSTITUCIONAL	118
5.1.1 Tutelas de urgência e o devido processo legal	120
5.2 TUTELAS JURISDICIONAIS DIFERENCIADAS	121
5.3 TUTELAS DE URGÊNCIA E A LIMINAR	122
5.4 ESPÉCIES DE TUTELAS	123
5.4.1 Tutelar cautelar satisfativa	123
5.4.2 Liminar e antecipação	124
5.5 EVOLUÇÃO DAS TUTELAS NO ORDENAMENTO PÁTRIO	125
5.6 ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA	126

5.6.1	Legitimidade para requerer	130
5.6.2	Fungibilidade extraordinária entre tutela cautelar e antecipada....	130
5.6.3	Requisitos	131
5.6.3.1	Prova inequívoca e verossimilhança	131
5.6.3.2	Fundado receio de dano irreparável	134
5.6.3.3	Abuso de direito de defesa e manifesto propósito protelatório..	135
5.6.4	Antecipação total e antecipação parcial	136
5.6.5	Reversibilidade e irreversibilidade	137
5.7	ANTECIPAÇÃO NA AÇÃO DE NATUREZA DECLARATÓRIA E CONSTITUTIVA	139
6	INVESTIGATÓRIA DE PATERNIDADE	143
6.1	FAMÍLIA, PATERNIDADE E FILIAÇÃO NO DIREITO ROMANO	144
6.2	A FAMÍLIA, PATERNIDADE E FILIAÇÃO NO BRASIL	147
6.3	A INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE E SUA EVOLUÇÃO	147
6.3.1	A evolução do direito à paternidade no Brasil	149
6.3.2	A paternidade e a Constituição Federal	150
6.4	NATUREZA JURÍDICA DA SENTENÇA	150
6.5	CUMULAÇÃO DE PEDIDOS	151
6.5.1	Cumulação e competência	152
6.5.2	Cumulação com a ação de alimentos	152
6.6	ALIMENTOS PROVISÓRIOS OU PROVISIONAIS.....	154
6.6.1	Alimentos provisionais – tutela cautelar ou antecipada.....	156
6.7	AÇÃO DE ALIMENTOS E A DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE PATERNIDADE	157
6.8	CUMULAÇÃO COM PETIÇÃO DE HERANÇA	158
6.9	INVESTIGAÇÃO de paternidade e processo cautelar	160
6.9.1	Procedimentos cautelares específicos	162
6.9.2	Requisitos para concessão	162
6.10	LIMINAR CAUTELAR E LIMINAR ANTECIPATÓRIA	163

6.11 PROVIDÊNCIAS DE NATUREZA CAUTELAR	164
7 TUTELA ANTECIPATÓRIA NA INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE	165
7.1 IRREVERSIBILIDADE E A INVESTIGATÓRIA	166
7.1.1 O caráter não absoluto do § 2º do art. 273 do CPC	166
7.1.2 Irreversibilidade sob o prisma dos direitos fundamentais	168
7.2 TUTELA ANTECIPADA E ALIMENTOS PROVISIONAIS	169
7.3 TUTELA ANTECIPADA E PROVIDÊNCIAS DE NATUREZA CAUTELAR	173
7.4 REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO DE VISITA	174
7.5 OUTRAS MEDIDAS DE NATUREZA CAUTELAR	175
CONCLUSÃO	177
REFERÊNCIAS	185
ÍNDICE ALFABÉTICO	193